

**TRIBUTAÇÃO, DIREITOS FUNDAMENTAIS
E DESENVOLVIMENTO**

Blucher

Andressa Guimarães Torquato Fernandes

Coordenadora

**TRIBUTAÇÃO, DIREITOS FUNDAMENTAIS
E DESENVOLVIMENTO**

Autores

Larissa Firmo da Silva

Luís Eduardo Silva de souza

Ana Júlia Ferraz Pozo Maturano

Daniela Ovídio Fernandes

Camila Rodrigues de Lima

Beatriz Silva Schiller 208.

Valeria Isis Suzanne Oliveira do Valle

Gustavo Telles da Silva

Jéssica Lopes Pereira

Lívia Maria de Souza Santos.

Michele Cesar Espíndula.

2018

Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento

© 2018 Andressa Guimarães Torquato Fernandes

Editora Edgard Blücher Ltda.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Fernandes, Andressa Guimarães Torquato
*Tributação, direitos fundamentais e
desenvolvimento* / Andressa Guimarães Torquato
Fernandes. -- São Paulo : Blucher, 2018.
606 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-343-9 (e-book)

ISBN 978-85-8039-342-2 (impresso)

1. Direito tributário 2. Direitos fundamentais 3.
Direito financeiro I. Título

18-1385

CDD 343.81

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário

PREFÁCIO

Algumas coisas boas acontecem por acaso. Foi mesmo por uma confluência de fatores inesperados que fui convidado a lecionar Direito Tributário para a primeira Turma da Universidade Federal Fluminense – Volta Redonda. Foram apenas seis meses de convivência, mas o suficiente para inesquecíveis debates e uma notável troca de conhecimento.

A presente obra, cujo convite para prefaciá-la muito me honra, reúne trabalhos monográficos apresentados para conclusão do Curso de Graduação em Direito, todos orientados pela Doutora Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Professora Adjunta de Direito Financeiro e Tributário da UFF.

No primeiro capítulo, cujos trabalhos evidenciam o influxo dos **Direitos Fundamentais no Direito Tributário**, o leitor é convidado a conhecer e a refletir sobre (i) as diversas faces do Princípio da Capacidade Contributiva – e da Seletividade –, que limita e gradua o Tributo, dando concretude aos objetivos fundamentais de nossa República, (ii) o exato contorno das Contribuições Sociais, por meio das quais a carga tributária cresceu exponencialmente nas últimas duas décadas e (iii) aspectos técnicos da incidência da norma, com relevo para forma alternativa de constituição do crédito tributário.

A segunda parte reúne textos que objetivam colocar o **Direito Tributário no centro das forças de Desenvolvimento**. Trabalho acerca da necessária neutralidade dos Tributos, fiel da concorrência saudável e da sensível balança da livre concorrência é um deles.

Na sequência, sabedores da ineficiência do processo de execução fiscal e da atuação de fraudadores, estudos circunstanciam o protesto como forma alternativa de cobrança e a responsabilidade tributária para evitar a evasão fiscal.

Por fim, como prova de que o Direito é uno, destaque para a monografia que denota a interseção do Direito Tributário com o meio ambiente que aponta as fissuras que a guerra fiscal causa no nosso frágil federalismo.

- Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento

A separação em capítulos não foi capaz, contudo, de esconder o fio condutor dos estudos: a presença do valor Justiça Fiscal por onde se manifesta o Direito Tributário. Não só como um filtro, mas principalmente como preceito comprometido com a erradicação da pobreza e indutor da redução da desigualdade social, desígnios tão caros ao nosso Estado Democrático.

Agradeço à Professora Doutora Andressa Guimarães Torquato Fernandes pela iniciativa e convite, e ao acaso, que me permitiu conhecer o produto do pensamento consistente dos ex-Alunos que dão corpo à presente obra.

Petrópolis, abril de 2018.

João Henrique Chauffaille Grognet

Procurador da Fazenda Nacional

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, o recém-criado curso de Direito da Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda tem alcançado resultados que vêm notabilizando-o como centro de excelência no ensino jurídico.

Com apenas sete anos de existência, o Curso já alçou o primeiro lugar em aprovação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Estado do Rio de Janeiro e o terceiro lugar em todo o Brasil. Além disso, o destaque de seus egressos tem propiciado que o Curso de Direito da UFF de Volta Redonda se tornasse também referência no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tendo alcançado, por mais de uma vez, a maior nota de corte para ingresso em universidades públicas do país, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

No campo da pesquisa, os resultados não têm sido diferentes. Exemplo disso, a presente obra, que tive o prazer de coordenar e agora tenho a enorme satisfação de apresentar à comunidade acadêmica, bem como ao público em geral, consiste em uma seleção de monografias primorosas que tive o prazer de orientar, as quais abordam de maneira inovadora temas umbilicalmente ligados: tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento.

A primeira parte da obra foca em temas atinentes aos direitos fundamentais dos contribuintes, analisando o princípio da capacidade contributiva e sua aplicação na tributação sobre a renda, o patrimônio e a circulação de mercadorias e serviços, relacionando-o, inclusive, a outros direitos fundamentais, como o direito à moradia e ao meio ambiente equilibrado. No que tange à tributação dita *indireta*, aborda-se, ainda, de maneira crítica, a aplicação do princípio da seletividade.

Na segunda parte do estudo, analisam-se temas importantes e atuais acerca da relação entre tributação e desenvolvimento, como: neutralidade tributária e o artigo 146-A da Constituição Federal, a responsabilidade tributária de grupos societários de fato, guerra fiscal e o protesto como alternativa na recuperação dos créditos públicos.

- Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento

Trata-se, portanto, de uma obra que contribui de modo substancial para o engrandecimento da ciência jurídica brasileira, no intuito de que as luzes trazidas pelos estudos acadêmicos colaborem com a solução de problemas práticos que rotineiramente geram entraves ao desenvolvimento do país e violam direitos fundamentais dos contribuintes.

Volta Redonda, maio de 2018.

Andressa G. Torquato Fernandes

Professora Adjunta de Direito Financeiro e Tributário

Curso de Direito de Volta Redonda

Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

Parte I

TRIBUTAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

| | |
|--|----|
| 1. A aplicação do princípio da capacidade contributiva na tributação sobre o patrimônio destinado à habitação e a concretização do direito fundamental à moradia | 23 |
| <i>Larissa Firmo da Silva</i> | |
| Introdução | 23 |
| 1. A aplicação do princípio da capacidade contributiva no Sistema Tributário Brasileiro..... | 24 |
| 1.1. Arrecadação tributária e Justiça Fiscal..... | 24 |
| 1.2. A tributação segundo os ditames da capacidade contributiva..... | 27 |
| 1.3. A capacidade contributiva e os impostos pessoais | 30 |
| 1.4. A capacidade contributiva e os impostos reais..... | 32 |
| 2. A tributação sobre o patrimônio destinado à habitação e a concretização do direito constitucional à moradia..... | 34 |
| 2.1. A proteção ao direito à moradia até o advento da “Constituição Cidadã”..... | 34 |
| 2.1.1. Considerações gerais..... | 34 |
| 2.1.2. O direito à moradia como questão de saúde pública | 36 |
| 2.1.3. O direito à moradia como forma de estímulo ao desenvolvimento econômico do Brasil..... | 37 |
| 2.1.4. O direito à moradia e a materialização do direito fundamental à dignidade humana (art. 6º CRFB/1988) | 38 |
| 2.2. O poder de tributar e a necessária compatibilização com os direitos fundamentais | 41 |

| | | |
|-----------|--|-----------|
| •• | Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento | |
| 2.3. | Capacidade de manutenção da renda estática pela renda dinâmica e a pessoalização dos tributos | 47 |
| 2.4. | A tributação sobre o patrimônio destinado à habitação e a preservação do mínimo vital como forma de concretização da capacidade contributiva..... | 49 |
| 2.5. | Tributação sobre o patrimônio e o princípio do não confisco..... | 55 |
| 3. | O aperfeiçoamento da aplicação da capacidade contributiva na tributação sobre o patrimônio destinado à moradia – IPTU e ITR..... | 59 |
| 3.1. | Noções introdutórias sobre o IPTU e o ITR..... | 59 |
| 3.2. | Capacidade contributiva e a progressividade de alíquotas no IPTU e no ITR. | 63 |
| 3.2.1. | Breves considerações sobre o <i>quantum debeatur</i> dos tributos..... | 63 |
| 3.2.2. | Progressividade fiscal do IPTU..... | 66 |
| 3.3. | Importância de se proceder com cautela na individualização dos contribuintes..... | 71 |
| 3.4. | Concretização da capacidade contributiva no ITR: imunidade e não incidência legalmente qualificada sobre as pequenas glebas..... | 72 |
| 3.4.1. | Breves considerações sobre imunidade e hipótese de não incidência legalmente qualificada..... | 73 |
| 3.4.2. | As hipóteses de não incidência descritas no art. 153, § 4º, II, CRFB/88 e no art. 3º, II, da Lei 9.393/96..... | 76 |
| 3.5. | A tributação por meio do IPTU e a concretização da capacidade contributiva: análise dos aspectos aptos a maximizar a consagração deste princípio..... | 80 |
| 3.5.1. | Desemprego | 80 |
| 3.5.2. | Propriedade de um único imóvel | 83 |
| 3.5.3. | Delimitação do tamanho do imóvel associada ao respectivo valor venal | 86 |
| 3.5.4. | Uso residencial do imóvel | 88 |
| | Conclusão | 89 |
| | Referências..... | 91 |
| 2. | Análise da desvinculação finalística das contribuições..... | 97 |
| | <i>Luís Eduardo Silva de Souza</i> | |
| | Introdução..... | 97 |
| 1. | Noções gerais acerca das contribuições..... | 98 |
| 1.1. | Apanhado histórico..... | 98 |

| | |
|---|-----|
| 1.1.1. Contribuições no direito comparado..... | 99 |
| 1.1.2. Contribuições nas Constituições brasileiras..... | 100 |
| 1.2. Os tributos no Brasil..... | 101 |
| 1.2.1. Os tributos em nossa história..... | 101 |
| 1.2.2. As teorias sobre as espécies tributárias | 103 |
| 1.2.2.1. A teoria tripartite | 104 |
| 1.2.2.2. A Teoria Quinquipartite..... | 106 |
| 1.3. Afinal, como definir contribuições?..... | 107 |
| 2. Regra-matriz de incidência e autonomia das contribuições..... | 111 |
| 2.1. Regra-matriz de incidência tributária..... | 112 |
| 2.1.1 O antecedente – fato-gerador | 112 |
| 2.1.1.1. Os critérios material, espacial e temporal..... | 115 |
| 2.1.2. O conseqüente – completude da obrigação tributária | 116 |
| 2.1.2.1. O critério pessoal..... | 117 |
| 2.1.2.2. O Critério Quantitativo..... | 118 |
| 2.2. Regra-matriz de incidência das contribuições..... | 119 |
| 2.2.1. O antecedente | 119 |
| 2.2.2. O conseqüente..... | 120 |
| 2.3. As contribuições como espécie autônoma de tributo..... | 127 |
| 2.4. Conclusões parciais..... | 130 |
| 3. Os efeitos jurídicos da desvinculação do produto da arrecadação das contribuições | 130 |
| 3.1. A desvinculação da arrecadação das contribuições e o orçamento público..... | 131 |
| 3.2. A desvinculação da arrecadação das contribuições pelo poder constituinte derivado. A desvinculação de receitas da União..... | 141 |
| 4. A crise na previdência social como corolário da dru. Soluções possíveis para a desvinculação finalística das contribuições..... | 155 |
| 4.1. A crise na Previdência Social | 155 |
| 4.2. Possíveis soluções para a desvinculação finalística das contribuições | 159 |
| 4.2.1. Atuação do Poder Judiciário..... | 160 |
| 4.2.2. Atuação do Poder Legislativo..... | 161 |
| Conclusão | 163 |
| Referências..... | 165 |

- Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento

3. Tributação inconstitucional do imposto de transmissão sobre bens imóveis: o confronto entre o direito real de propriedade e o combate à evasão fiscal. 171

Ana Júlia Ferraz Pozo Maturano

| | |
|---|-----|
| Introdução..... | 171 |
| 1. Da regra matriz de incidência do ITBI..... | 173 |
| 1.1. Critérios material, pessoal, quantitativo e espacial..... | 173 |
| 1.2. Do critério temporal – momento de ocorrência do fato gerador do ITBI..... | 177 |
| 2. Propriedade: conceito, posituação e limitações..... | 181 |
| 2.1. Atributos da propriedade..... | 186 |
| 2.2. Transferência da propriedade imobiliária e sua tributação: uma limitação ao direito de propriedade?..... | 190 |
| 3. A ânsia arrecadatória dos municípios e sua manifesta inconstitucionalidade..... | 193 |
| 3.1. Vias de combate à evasão fiscal..... | 198 |
| 3.2. ADPF 349 e seus desdobramentos..... | 206 |
| Conclusão..... | 207 |
| Referências..... | 208 |

4. Tributação sobre a renda: princípio da capacidade contributiva e o limite de isenção do IRPF..... 211

Daniela Ovídio Fernandes

| | |
|---|-----|
| Introdução..... | 211 |
| 1. Princípio da capacidade contributiva..... | 213 |
| 1.1. Conceito..... | 213 |
| 1.2. Aspectos históricos da capacidade contributiva..... | 215 |
| 1.3. Tratamento legal e aplicação no direito tributário brasileiro..... | 217 |
| 1.4. Relação entre capacidade contributiva e demais princípios..... | 219 |
| 1.5. Concepções da capacidade contributiva..... | 222 |
| 1.5.1. Capacidade contributiva objetiva ou absoluta..... | 222 |
| 1.5.2. Capacidade contributiva subjetiva ou relativa..... | 223 |
| 1.6. Capacidade contributiva e o ideal de justiça tributária..... | 223 |
| 1.7. Capacidade contributiva e direitos individuais..... | 224 |
| 2. Imposto de renda pessoa física..... | 226 |
| 2.1. Conceito e principais características..... | 226 |

| | |
|---|------------|
| 2.2. Aspectos históricos | 228 |
| 2.3. Imposto de renda na Constituição Federal e no CTN..... | 230 |
| 2.4. Princípios orientadores..... | 231 |
| 2.5. Aspectos normativos: obrigação tributária, fato gerador da obrigação tributária, sujeito ativo e passivo, base de cálculo, alíquotas e isenção | 235 |
| 2.6. Isenção do IR..... | 237 |
| 3. Análise crítica sobre a relação da isenção e a capacidade contributiva atualmente... 239 | |
| 3.1. Reflexos do princípio da capacidade contributiva sobre o limite de isenção do imposto de renda | 239 |
| 3.2. Tabela do imposto de renda: comparação entre o valor atual de isenção e os demais | 241 |
| 3.3. Defasagem do valor: relação com índices inflacionários e poder de compra.. | 243 |
| 3.4. Iniciativas em trâmite no judiciário | 247 |
| Conclusão..... | 248 |
| Referências..... | 250 |
| 5. ICMS ecológico: breve estudo acerca deste instrumento econômico ambiental aplicado aos municípios brasileiros..... | 253 |
| <i>Camila Rodrigues de Lima</i> | |
| Introdução | 253 |
| 1. Da evolução do estado moderno e a concretização do estado democrático de direito | 259 |
| 1.1. Dos direitos humanos e suas dimensões ao longo da evolução do estado moderno | 261 |
| 1.2. Da função do Estado para a efetivação dos direitos fundamentais..... | 262 |
| 1.3. Do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado..... | 264 |
| 1.4. Da importância das políticas públicas ambientais | 265 |
| 2. Da proteção do direito ao meio ambiente através de instrumentos economicos ambientais..... | 267 |
| 2.1. Da tributação ambiental como instrumento de concretização do direito ao meio ambiente saudável..... | 268 |
| 2.2. Das externalidades negativas ambientais..... | 269 |
| 2.3. Da extrafiscalidade dos tributos ambientais..... | 270 |

| | |
|---|------------|
| •• Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento | |
| 2.4. Dos fundamentos principiológicos para a implantação da tributação ambiental..... | 271 |
| 3. Da tributação ambiental na experiência brasileira..... | 273 |
| Conclusão..... | 303 |
| Referências..... | 307 |
| 6. Uma análise crítica do princípio da seletividade no ICMS..... | 317 |
| <i>Beatriz Silva Schiller</i> | |
| Introdução..... | 317 |
| 1. Aspectos conceituais em Direito Tributário..... | 320 |
| 1.1. Impostos diretos e indiretos..... | 320 |
| 1.2. Fiscalidade e extrafiscalidade..... | 321 |
| 1.3. Progressividade e regressividade..... | 322 |
| 2. Princípios orientadores: capacidade contributiva e seletividade..... | 323 |
| 2.1. Princípio da capacidade contributiva..... | 324 |
| 2.2. Princípio da seletividade..... | 330 |
| 3. Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte e de comunicação – ICMS..... | 333 |
| 3.1. Contexto histórico e evolução..... | 333 |
| 3.2. O ICMS na Constituição de 1988..... | 336 |
| 3.3. Hipótese de incidência..... | 338 |
| 3.3.1. Critério Material (fato gerador)..... | 338 |
| 3.3.2. Critério temporal..... | 340 |
| 3.3.3. Critério espacial..... | 340 |
| 3.3.4. Critério pessoal..... | 341 |
| 3.3.5. Critério Quantitativo..... | 342 |
| 4. Análise crítica da extrafiscalidade do ICMS como instrumento para atingir a Justiça Fiscal..... | 342 |
| 4.1. Propostas para minorar a incidência tributária gravosa sobre os mais pobres..... | 348 |
| 4.1.1. Alíquota única..... | 348 |
| 4.1.2. Criação de um sistema de restituição..... | 348 |
| Conclusão..... | 350 |
| Referências..... | 352 |

Parte II

TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

| | |
|--|------------|
| 7. O art. 146-A da Constituição Federal e o Princípio da Neutralidade Tributária | 359 |
| <i>Valeria Isis Suzanne Oliveira do Valle</i> | |
| INTRODUÇÃO..... | 359 |
| 1. O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA..... | 362 |
| 1.1. O princípio da neutralidade tributária como subprincípio da igualdade e sua relação com a livre concorrência..... | 362 |
| 1.1.1. Limitações ao poder de tributar..... | 363 |
| 1.1.2. A Ordem Econômica na Constituição Federal de 1988 e a livre concorrência..... | 364 |
| 1.1.3. O princípio da igualdade..... | 366 |
| 1.2. A conceituação do princípio da neutralidade tributária..... | 369 |
| 1.2.1. Relação da neutralidade tributária com os Impostos Indiretos..... | 373 |
| 1.3. Da tributação e o desequilíbrio concorrencial..... | 374 |
| 1.3.1. Concessões de incentivos e benefícios fiscais..... | 374 |
| 1.3.2. Imunidade tributária e exercício de atividade econômica..... | 376 |
| 1.3.3. Tratamento tributário diferenciado para as importações..... | 377 |
| 2. A Emenda Constitucional 42 de 2003 e a introdução do artigo 146-A..... | 378 |
| 2.1. A Lei Complementar com condão de prevenir desequilíbrios concorrenciais.. | 379 |
| 2.1.1. A Lei Complementar..... | 379 |
| 2.1.2. A competência legislativa..... | 379 |
| 2.1.3. Critérios especiais de tributação..... | 381 |
| 2.1.4. Prevenção de desequilíbrios concorrenciais..... | 387 |
| 2.2. Interpretações do artigo 146-A..... | 388 |
| 2.3. A consagração do princípio da neutralidade tributária..... | 391 |
| 3. Os projetos de lei complementar..... | 392 |
| 3.1. Projeto de Lei Complementar n. 121/2011..... | 392 |
| 3.1.1. Do desequilíbrio da concorrência..... | 393 |
| 3.1.2. Dos critérios especiais de tributação..... | 394 |
| 3.1.3. Outras medidas do Projeto de Lei n. 121/2011..... | 396 |

| | |
|---|------------|
| •• Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento | |
| 3.2. O Projeto de Lei n. 161 de 2013 | 398 |
| 3.2.1. Competência para instituir os critérios especiais de tributação..... | 398 |
| 3.2.2. Critérios especiais de tributação | 398 |
| 3.2.3. Da configuração do desequilíbrio concorrencial..... | 400 |
| 3.2.4. Da justificação do Projeto de Lei..... | 401 |
| Conclusão | 402 |
| Referências..... | 404 |
| 8. A responsabilidade tributária das sociedades integrantes de grupos econômicos de fato: uma análise doutrinária e jurisprudencial..... | 407 |
| <i>Gustavo Telles da Silva</i> | |
| Introdução..... | 407 |
| 1. Os Grupos Societários | 409 |
| 1.1. Aspectos históricos, formação e conceituação dos grupos econômicos..... | 409 |
| 1.2. Disciplina da Lei n. 6.404/76 sobre os Grupos Societários: os Grupos de Direito e de Fato..... | 414 |
| 1.2.1. Grupos Societários de Direito..... | 415 |
| 1.2.2. Grupos societários de fato..... | 418 |
| 1.3. A Estrutura das Empresas Brasileiras e o modelo da Lei n. 6.404/76..... | 421 |
| 2. Paradoxo entre os Grupos Societários e o Direito Societário Tradicional..... | 423 |
| 2.1. A autonomia de controle e os Grupos Societários..... | 424 |
| 2.2. O poder de controle interno..... | 427 |
| 2.2.1. A direção unitária..... | 430 |
| 2.2.2. Conflito de interesse e abuso de poder..... | 431 |
| 2.3. A (in)dependência da pessoa jurídica..... | 434 |
| 3. Responsabilidade das empresas integrantes de Grupo Societário: lacuna no Direito Societário e Tributário..... | 436 |
| 3.1. A responsabilidade e Grupos Societários..... | 437 |
| 3.2. A legislação acerca da responsabilidade nos grupos societários e a lacuna do direito tributário | 440 |
| 3.2.1. Teses utilizadas pelo Fisco para a proteção do crédito tributário no caso dos grupos societários..... | 443 |
| 3.2.1.1. Da solidariedade de fato do art. 124, I do CTN..... | 443 |

| | |
|---|------------|
| 3.2.1.2. Da infração à ordem econômica | 444 |
| 3.2.1.3. Da sociedade de segundo grau..... | 445 |
| 3.2.1.4. Da desconsideração da personalidade jurídica..... | 447 |
| 3.2.1.4.1. A não aplicação da teoria da desconsideração aos grupos societários | 448 |
| 3.2.1.5. A jurisprudência do STJ | 450 |
| Conclusão | 458 |
| Referências..... | 461 |
| 9. As execuções fiscais e o protesto como alternativa na recuperação dos créditos públicos | 463 |
| <i>Jéssica Lopes Pereira</i> | |
| Introdução | 463 |
| 1. Créditos públicos e a inadimplência..... | 464 |
| 1.1. Créditos públicos..... | 464 |
| 1.1.1. Crédito tributário..... | 465 |
| 1.1.2. Crédito não tributário..... | 468 |
| 1.2. Inadimplência, inscrição em dívida ativa e execução fiscal | 470 |
| 1.3. Princípios..... | 471 |
| 1.3.1. Princípio da legalidade..... | 472 |
| 1.3.2. Princípio da eficiência na Administração Pública..... | 473 |
| 1.3.3. Princípios do devido processo legal e da duração razoável do processo | 474 |
| 2. A cobrança dos créditos fiscais | 475 |
| 2.1. Lei n. 6.830/80 | 476 |
| 2.2. Aspectos negativos do atual modelo da Lei n. 6.830/80..... | 477 |
| 2.3. Repercussão social da inadimplência dos créditos públicos..... | 480 |
| 2.4. A Fazenda Pública como exequente..... | 482 |
| 2.5. Práticas destinadas à diminuição do acervo das execuções fiscais no âmbito do Judiciário..... | 483 |
| 3. Vias alternativas à execução fiscal | 485 |
| 3.1. Da transação tributária | 485 |
| 3.2. Da arbitragem tributária..... | 486 |
| 3.3. Execução administrativa da dívida ativa dos entes federados (PL 5.080/2009)... | 488 |
| 3.4. Outras vias já adotadas | 490 |

| | |
|--|------------|
| •• Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento | |
| 4. A cobrança de créditos públicos por meio de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa..... | 492 |
| 4.1. O protesto na seara fiscal..... | 492 |
| 4.2. A Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.135..... | 495 |
| 4.3. Considerações acerca do instituto do protesto | 497 |
| Conclusão | 499 |
| Referências..... | 500 |
| 10. Federalismo fiscal: as implicações da competência estadual do ICMS e o problema da Guerra Fiscal..... | 507 |
| <i>Livia Maria de Souza Santos</i> | |
| Introdução..... | 507 |
| 1. Federalismo | 509 |
| 1.1. O conceito e suas características..... | 509 |
| 1.2. O pacto federativo fiscal e a distribuição de competências..... | 511 |
| 1.3. Autonomia dos entes federados..... | 518 |
| 2. O ICMS..... | 520 |
| 2.1. O ICMS na Constituição Federal de 1988..... | 523 |
| 2.2. Características gerais do imposto..... | 528 |
| 2.2.1. A não cumulatividade do imposto e suas consequências..... | 530 |
| 2.3. O princípio da origem e do destino na tributação sobre o consumo..... | 532 |
| 2.4. Os convênios..... | 534 |
| 2.4.1. A problemática envolvendo os convênios..... | 538 |
| 3. Operações interestaduais..... | 546 |
| 3.1. Consequências da tributação interestadual no desenvolvimento regional..... | 552 |
| Conclusão | 557 |
| Referências..... | 558 |
| 11. A guerra fiscal entre os estados membros da federação em relação ao ICMS: o papel dos três poderes..... | 563 |
| <i>Michele Cesar Espíndula</i> | |
| Introdução..... | 563 |
| 2. A Guerra Fiscal no contexto do federalismo brasileiro e atribuições de competências tributárias..... | 564 |

| | |
|--|-----|
| 2.1. Repartição de competências tributárias na Constituição brasileira de 1988..... | 567 |
| 2.2. A guerra fiscal no Brasil..... | 569 |
| 3. O papel do poder executivo na guerra fiscal: a atuação do CONFAZ | 573 |
| 3.1. Sistemática para concessão de incentivos fiscais | 573 |
| 3.2. Convênio ICMS 42/2016, a discussão sobre constitucionalidade e legalidade destes | 576 |
| 3.3. A contribuição do Poder Executivo na guerra fiscal..... | 580 |
| 4. O papel do poder legislativo na guerra fiscal..... | 581 |
| 4.1. PL n. 240 de 2006, o fim da unanimidade para a aprovação dos convênios concessivos de incentivos fiscais | 581 |
| 4.2. O papel do Senado Federal na instituição das alíquotas do ICMS e a Resolução n. 22 de 1989..... | 582 |
| 4.3. Tributação no destino e a Emenda Constitucional 87/2015..... | 584 |
| 4.4. PEC/233 e a federalização do ICMS | 586 |
| 5. O papel do poder judiciário na GUERRA Fiscal | 590 |
| 5.1. Decisão proferida no Processo n. 0334903-24.2016.8.19.0001: a proibição do Estado do Rio de Janeiro de conceder novos incentivos fiscais | 594 |
| 5.2. Proposta de súmula vinculante n. 69: a proibição de concessão dos incentivos fiscais de forma irregular a nível nacional..... | 598 |
| Conclusão | 601 |
| Referências..... | 603 |

